

RESENHA

*Willam Gerson de Freitas**

FONTES, Filipe. Educação em casa, na igreja e na escola: uma perspectiva cristã. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2018. 173p.

Filipe Fontes é professor de disciplinas filosóficas no Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição (JMC) e no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper (CPAJ). A objetividade, clareza e precisão com que desenvolve seus escritos decorrem de sua formação, bem como de atuação docente em filosofia. Sua sólida formação teológica, filosófica e na área da educação, bem como seu trabalho como consultor teológico-filosófico do Sistema Mackenzie de Ensino (SME), contribuíram para que ele escrevesse e pudesse trazer a lume uma significativa obra tratando da educação cristã nos âmbitos familiar, escolar e eclesiástico. O livro *Educação em Casa, na Igreja e na Escola: Uma Perspectiva Cristã* expõe a cosmovisão reformada sobre a educação e se divide em duas partes. A primeira trata da definição do conceito de educação cristã. A segunda apresenta mais detidamente a perspectiva cristã de educação pretendida pelo autor.

Já na introdução, Fontes enfatiza as características da obra. Por ser primeiramente didática – o texto foi originalmente escrito para uma disciplina de especialização em Educação Cristã – possui “estrutura analítica, natureza sistemática e preocupação com a clareza e distinção das ideias”. Isso é evidenciado, por exemplo, pelo esforço do autor, ao longo de toda a argumentação, por apresentar definições precisas dos termos tratados. Em segundo lugar, Fontes destaca que seu texto é introdutório, com o intuito de familiarizar seus leitores com a abordagem cristã da educação, que deve partir da verdade bí-

* Licenciado e mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Aluno do Mestrado em Teologia (MDiv) do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, com área de concentração em Estudos Histórico-Teológicos. Membro da Igreja Presbiteriana de São Miguel (RN).

blica de que Deus é o ponto de referência da existência e, conseqüentemente, da atividade pedagógica.

No primeiro capítulo, Fontes apresenta preliminarmente um conceito geral de educação, definindo-o como o movimento ou processo no qual se busca o desenvolvimento integral das dimensões estruturais da existência humana. O autor deixa clara a sua divergência das perspectivas pedagógicas contemporâneas, cuja base se assenta em uma antropologia darwinista que busca a “humanização” do homem. Alinhado com a antropologia cristã, ele define a educação como o “meio pelo qual dimensões estruturais da natureza humana são desenvolvidas e vêm a florescer”.

Assim, diante da abrangência da educação em relação à totalidade do ser humano, o autor vê a necessidade de distinguir entre educação formal e educação informal. Há um sentido em que se pode dizer que toda a experiência humana é educativa, visto que a educação informal é aquela que acontece inicialmente na família e se estende à vida em sociedade. Por seu turno, a educação formal é a que possui reconhecimento oficial, é oferecida em instituições de ensino e possui “acervo estabelecido de conhecimento” e “estrutura institucional” para validar sua transmissão, sendo a escola, na civilização ocidental, sua maior responsável. Com esse esclarecimento, Fontes mostra que a educação desenvolve as habilidades humanas nas mais variadas dimensões, seja na experiência cotidiana, seja em instituições regulares.

Após discorrer sobre a educação em um sentido geral, Fontes trata do conceito de educação cristã. No segundo capítulo ele destaca que geralmente se faz uma definição reducionista do termo, atribuindo-se a ele um alcance menor do que o conceito deveria receber: “Comumente, a educação cristã é definida de maneira restritiva, sendo reduzida a atividades relacionadas, exclusivamente, a algumas dimensões particulares de nossa existência”. Em busca de alcançar correção, profundidade e clareza do conceito, o autor discute a necessária distinção, feita muitas vezes de forma equivocada, entre educação cristã e educação secular. Enquanto a educação cristã é entendida como atividade realizada na esfera da família e da igreja, a educação secular é definida como instrução referente às demais áreas da vida que, aparentemente, não teriam relação com Deus e a religião.

Tratando dessa dicotomia à luz da cosmovisão reformada, o autor aponta que tal distinção, contrária ao ensino bíblico, pressupõe uma concepção dualista da existência humana entre sagrado e profano, inclusive destacando com propriedade que tal concepção permeia a mentalidade evangélica predominante em nosso país. Tal diferenciação produz efeitos danosos na medida em que limita o impacto do cristianismo na formação das pessoas e naturaliza a veiculação de cosmovisões anticristãs na cultura. No entanto, a questão não é negar por completo a diferença entre educação cristã e secular, porém compreendê-la de forma adequada.

Para Fontes, a educação cristã se contrapõe à educação secular não em relação à sua extensão (reduzida a determinadas esferas da realidade), porém em relação à forma como a atividade é realizada: por qualquer agente – família, igreja ou escola – que busque a formação integral do indivíduo desenvolvendo nele a cosmovisão cristã. Assim, ela tem a ver com o desenvolvimento de uma pessoa em sua integralidade, em seus aspectos físicos, emocionais, intelectuais e espirituais. Educação cristã e secular são, então, tipos diferentes de educação: a primeira, tem como ponto de partida e referência Deus e sua revelação; a segunda, ignora Deus e sua revelação como referência.

No terceiro capítulo, o autor rebate o pressuposto da neutralidade da educação, fruto da concepção moderna de que a racionalidade humana é autônoma e pode funcionar corretamente sem interferência dos afetos ou das preferências pessoais. Ele concorda com a mentalidade contemporânea quanto à impossibilidade do pensamento ser neutro, porém discorda que se deva excluir da reflexão a dimensão religiosa. Concordando com a cosmovisão reformada, ele afirma que o elemento determinante do pensamento é “o impulso inato do coração humano em direção a Deus ou a um ídolo”, ou seja, a religião – não enquanto manifestação socialmente construída, mas enquanto aspecto estrutural do ser humano.

Tomando como base o texto sagrado de Deuteronômio 6, Fontes destaca que essa passagem bíblica é fundamental para se entender a necessária relação entre educação e religião. A educação *influencia* a religião, visto que Deus entrega os mandamentos a Moisés e em seguida exige que Moisés os ensine a todo o povo na passagem supracitada. Isso implica que o modo como as pessoas são educadas interfere no que as pessoas creem. Embora haja algo além da educação que determina a direção religiosa, a educação exerce papel fundamental na religião. Por outro lado, a religião *determina* a educação, e os versos 5 e 6 da passagem bíblica em questão apresentam duas exigências: primeiro, é necessário que quem ensina tenha se apropriado do que vai ensinar (apropriação existencial que transforma o ser), ou seja, há uma relação entre o que se ensina e o que se é; segundo, é necessário que quem ensina se devote ao Senhor, ou seja, há uma relação entre o que se é e a quem se adora. Assim, é proposta uma estrutura básica da atividade pedagógica: *adorar-ser-educar*, o que implica que toda visão sobre educação diz algo, ainda que não explicitamente, sobre Deus.

Em seguida, o autor trata da distinção entre educação laica e educação confessional. Tal diferenciação revela que a visão mais comum de educação ainda está subjugada a ideais modernos de autonomia e neutralidade. Porém, tal visão não é laica no sentido de totalmente destituída de compromissos fiduciários, pois possui uma postura religiosa, ainda que seja de rejeição a Deus. Portanto, a educação laica não é isenta de pressupostos de fé, mas possui pressupostos religiosos não declarados, enquanto que a educação confessional não apenas

está consciente dos seus pressupostos, mas os declara desde o princípio. Fontes, então, alerta para o problema de se confundir laicidade com laicismo (cujo intuito é extirpar a religião da vida social), e propõe que é possível e desejável a educação laica na educação pública, desde que seja honesta, plural e cuidadosa.

A segunda parte do livro tem como objetivo destacar que o distintivo fundamental da educação cristã é ter Deus como eixo central. Tendo o ambiente cristão como pressuposto, Fontes passa, então, a responder a três questões básicas para qualquer perspectiva pedagógica (quem educa? educa o quê? para que educa?), discorrendo sobre o agente, o conteúdo e o propósito da educação cristã. O autor defende que Deus, o mestre por excelência, é “o agente final de todo ensino e aprendizado”, como agente primário, e os demais agentes da educação são secundários (família, igreja e escola). Destaca, ainda, que cabe à escola auxiliar as famílias, pois a educação de um indivíduo é responsabilidade primordialmente da família.

O conteúdo da educação, por seu turno, é a realidade criada em relação com seu Criador, ou seja, “é, imediatamente, a revelação de Deus e, finalmente, ele próprio”. Porém enquanto a educação cristã direciona seus esforços à revelação geral (mundo) e especial (a Bíblia), a educação secular volta-se apenas para a revelação geral. Em consequência, a educação cristã estuda a revelação como meio para o conhecimento de Deus, e a educação secular estuda o mundo como um fim em si mesmo. Quanto ao seu propósito, cabe à educação cristã conduzir as pessoas ao conhecimento de Deus, o que significa que não se deve reduzir seu escopo a aspectos da realidade criada, à semelhança da educação secular, pois são secundários. Isso não significa que as pessoas devem se tornar especialistas em teologia, mas que se deve levá-las a uma resposta pactual a Deus nas diversas áreas da vida.

Prosseguindo, Fontes aborda a educação cristã familiar, apresentando quatro razões da centralidade pedagógica da família: 1) a família exerce influência sobre a vida de um indivíduo desde os primeiros momentos de sua vida; 2) a família é um ambiente natural de afeto e confiança; 3) a maior parte da educação ministrada pela família é informal, tendo como vantagem acontecer na concretude da existência do indivíduo; 4) a família é um ambiente no qual o aprendizado é necessário para se viver até mesmo experiências desconfortáveis que precisam ser vivenciadas e elaboradas. O autor ainda discute as atividades fundamentais da educação familiar: a instrução, a correção e a supervisão.

Ao serem instruídas pela família, as crianças são ajudadas a “interpretar os diversos acontecimentos de sua existência regular à luz da revelação de Deus em sua Palavra”. Por esse motivo, o autor discorre sobre a importância de uma prática histórica entre os evangélicos de tradição reformada, a saber, o culto doméstico, negligenciado porque foi substituído em importância por uma série de prioridades hodiernas, sobretudo devido ao secularismo e à transferência da responsabilidade educacional dos filhos para a igreja e a escola.

A correção, por sua vez, é uma orientação divina aos pais para com seus filhos: deve ser precedida pela instrução e aplicada com graça e misericórdia para levar a uma mudança de postura. Por fim, é papel da família “acompanhar as atividades realizadas pelos demais agentes educacionais”. Fontes ainda dedica parte do capítulo ao *homeschooling*, ou ensino domiciliar, entendido como prática legítima, mas que deve ser regulamentada socialmente e não deve ser instrumento de medida de ortodoxia cristã.

O sexto capítulo é dedicado à educação cristã na igreja, e Fontes o inicia distinguindo a igreja como dimensão orgânica, ou invisível, e como comunidade organizada, visível, passando a tratar de sua atividade. Primeiramente, define o discipulado como missão da igreja, que é cumprida com a *evangelização* (proclamação do Evangelho), depois com a *comunhão* (inserção dos convertidos na comunidade de fé, por meio do batismo) e, enfim, com a *educação* (discipulado como atividade intencional, refletida e abrangente). Da mesma forma que a educação cristã em geral, a educação eclesial tem como alvo “levar pessoas ao conhecimento de Deus, através do conhecimento da revelação”, especificamente através do aperfeiçoamento dos crentes em santidade, da habilitação dos crentes para o serviço e da formação da cosmovisão cristã nos crentes. Sendo assim, ela tem como conteúdo a Escritura, porém ele esclarece que o ensino bíblico não se limita a algumas poucas esferas da realidade. A Escritura possui princípios que ajudam as pessoas a compreender e a vivenciar o mundo de modo adequado, quando estes princípios são aplicados corretamente.

Fontes passa, então, a apresentar sugestões um pouco mais práticas para a educação na igreja, que, segundo ele, deve ser norteadas pela centralidade do culto, adorando-se corretamente a Deus. Deve nortear-se também o preparo para o ensino – que tanto pode ser realizado por todos os membros da igreja, quanto tem o sentido restrito de um ministério eclesial específico. Tal preparo deve ser espiritual, moral e técnico. Por fim, o programa pedagógico da educação eclesial deve ser, na visão de Fontes, abrangente e maleável. O autor ainda discorre sobre a escola dominical, o departamento infantil, o culto infantil e a liderança de jovens e adolescentes, com reflexões ponderadas e recomendações práticas e proveitosas.

No capítulo sete, Fontes discute a educação cristã na escola, enfatizando que muitos cristãos desconhecem que a existência de escolas cristãs é legalmente prevista pela legislação brasileira e que o número de escolas cristãs no Brasil é pequeno, mas está crescendo. Contudo, o que define uma escola como adequadamente cristã é o fato de seu ensino ser impactado pelo cristianismo nas mais variadas disciplinas, e isso se dá não com a inserção de uma disciplina de ensino religioso, mas sim com a pedagogia e o currículo orientados pela cosmovisão cristã. Assim, a abordagem da educação cristã deve ser transcendente, na qual a complexidade do universo é contemplada tendo como referência aquele que trouxe todas as coisas à existência: Deus.

O autor passa, então, a apresentar com maestria e domínio do assunto as possibilidades da abordagem cristã no ensino das artes, das ciências, da educação física, da geografia, da história, das línguas e da matemática. Por fim, Fontes tece preciosos comentários acerca 1) da postura do cristão na escola secular, que sempre será de tensão entre a colaboração e situações de conflito, e 2) da postura do professor cristão na escola secular, que deve ser academicamente honesto, capaz de discernir as circunstâncias, evitar a prática de devoções particulares, porém deve ser capaz de desafiar diante de seus educandos a ideia de neutralidade, discutindo os pressupostos dogmáticos sobre o conhecimento científico.

O livro de Filipe Fontes é uma obra concisa, porém rica em conteúdo, clara na exposição de conceitos e recheada de orientações práticas e úteis para todos aqueles que têm interesse em educação, sobretudo em educação cristã. Aos que se interessam pelo debate acerca da laicidade do estado e seu papel na educação dos cidadãos, bem como da importância e primazia da família na educação das crianças, a obra lança luz sobre diversas questões fundamentais. Em termos editoriais, apresenta relevância para o tema, não apenas devido à pouca variedade de títulos em nosso país tratando de questão tão importante e atual em uma perspectiva reformada, mas também devido à riqueza e qualidade de como o conteúdo é desenvolvido.